

A RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE AVICULTORES E INDÚSTRIA AVÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ¹

Edson Luiz FLORES

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Travessa: Ângelo Ferrari, nº 87, CEP: 85603-295,

Bairro Pinheirinho, Francisco Beltrão – PR

edsonflores5@yahoo.com.br

Resumo: Determinados temas a serem estudados, principalmente os das ciências humanas (econômicas, sociais, políticas etc.), demandam uma análise criteriosa e o primeiro critério a ser considerado deve ser a construção ou apropriação de um instrumento teórico-metodológico. Neste artigo, expomos uma análise, embora que inacabada, sobre a relação existente entre os avicultores integrados à agroindústria avícola no Sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: Integração entre avicultores e indústria avícola, relações de produção.

Abstract: Determinate subjects to be study, mainly of the human sciences (economic, social, political, etc), demand a careful analysis and the first criterion to be considered by inquisitive should be the construction or appropriation of the a theoretical-methodological instrument. In this criticism, we expose a analysis about the connection existent between the integrated poultry farmers to poultry agribusiness in the Southwest of the Parana.

Keywords: Integration between poultry farmers and poultry industry, relations of production.

Introdução

A mesorregião geográfica Sudoeste do Paraná é composta por 37 municípios (mapa 1) e começou a ser povoada, pelo homem branco, somente a partir da década de 1940. As primeiras pessoas que ocuparam essa região, praticamente, viviam dos recursos da floresta, especialmente da extração e comercialização da erva-mate, da criação extensiva de porcos e do plantio de pequenas lavouras para produzir milho, feijão, arroz e mandioca, produtos utilizados, tanto na alimentação animal como na humana. Nessa época, a região se constituía como um ambiente relativamente hostil ao povoamento, à medida que se tratava de um sertão coberto por matas de araucárias e não oferecia serviços necessários à habitação, tais como pavimentação de ruas, energia elétrica, saneamento etc. (CORRÊA, 1970a).

¹ Recebido para publicação em: mai/09 Aceito em: out/09



A partir do final dos anos 1940 e, de forma mais intensa, da década de 50, começaram se instalar na região milhares de famílias de pequenos agricultores, artesãos e comerciantes, que vieram, em maioria, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir dessa época as matas começaram a ser destruídas, à medida que a terra foi dividida em pequenas propriedades (com a média de 24 hectares de área) destinadas à produção de grãos (especialmente milho, feijão e trigo). Como já destacaram Corrêa (1970b) e Abramovay (1981), até o final da década de 1970 a economia do Sudoeste paranaense, praticamente, dependia do setor agropecuário, destacando-se muito pouco a indústria e o comércio.

Porém, como ressaltamos em outro estudo (FLORES, 2009), a partir da segunda metade dos anos 1970 e, de forma mais intensa, da década de 80 a indústria (inclusive o comércio e os serviços) começou se destacar na economia regional, tanto no valor da produção quanto na geração de empregos. Se até os anos 1970 a indústria dessa região, praticamente, resumia-se ao ramo da madeira, a partir dessa época começaram se diversificar as atividades industriais, especialmente ao se instalar o segmento de abate e processamento de carnes de aves. Tal segmento da indústria seria muito importante, inclusive por promover mudanças significativas nas atividades agrícolas do Sudoeste do Paraná.

De acordo com os estudos de Rizzi (1984), a avicultura de corte, em escala comercial, iniciou suas atividades no Sudoeste do Paraná a partir do final da década de 1970. A partir de 1978, se estalou no município de Dois Vizinhos uma unidade da *Sadia – Moinho da Lapa* (atual Sadia S/A), enquanto a partir de 1982 se estalaria em Francisco Beltrão uma unidade do *Frigorífico Chapecó Paraná S/A*.¹ Para este autor, iniciou nessa época o complexo agroindustrial do Sudoeste paranaense, começou o que ele chama de inserção do capital no setor agropecuário.

A avicultura tem se mostrado uma atividade econômica dinâmica no Sudoeste do Paraná. De acordo com a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e do Departamento de Economia Rural (DERAL), no ano de 2002 somente o núcleo regional de Francisco Beltrão² produziu 27,6% dos frangos de corte do Paraná. Destacam-se nesse núcleo, as unidades abatedoras da Sadia S/A (uma instalada em Dois Vizinhos e a outra em Francisco Beltrão, bem como a unidade da empresa Diplomata, instalada no município de Capanema. Também há de se ressaltar outras duas unidades produtivas, as empresas Frango Seva, instalada no município de Pato Branco, e Anhambi (instalada em Itapejara d'Oeste). Em 2007, essas empresas abateram na região a média mensal de 22.620.370 cabeças de aves (SEAB e DERAL, 2007).³

Na avicultura, inclusive no Paraná, vem se destacando o sistema de integração entre os produtores rurais (os avicultores) e as indústrias avícolas (abatedoras de aves). No mês de junho de 2007, essa unidade da federação possuía o total de 8.048 avicultores: 455 produzindo perus e 7.593 criando frangos.⁴ Somente a unidade da Sadia de Francisco Beltrão possuía, em fevereiro de 2006, o total de

1.043 avicultores integrados, sendo que 856 produziam frangos e 187 produziam perus. Nesse mês, existia o total de 1.254 aviários (local de criação das aves) integrados a essa empresa (FLORES, 2006).

Podemos ter noção da capacidade de geração de empregos na indústria avícola do Sudoeste paranaense, se consideramos os dados da Federação da Indústria do Estado do Paraná (FIEP). Somente quatro, das 05 unidades abatedoras de aves dessa região, geravam 5.950 empregos diretos no início do ano de 2007. A empresa Frango Seva (localizada em Pato Branco), gerava 250 empregos, a Diplomata (unidade de Capanema) gerava 700, enquanto as unidades da Sadia (de Dois Vizinhos e de Francisco Beltrão) geravam, respectivamente, 2.000 e 3.000 empregos (FIEP, 2007).

O que nos parece uma incógnita até este momento, são as relações existentes entre os produtores (avicultores) integrados e as indústrias abatedoras de aves. Por isso, objetivamos nesse artigo lançar algumas questões sobre as relações de trabalho e de produção existentes entre os avicultores e as indústrias avícolas no Sudoeste do Paraná. Tal temática tem feito parte de uma pesquisa de Mestrado em Geografia, que estamos realizando pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Para a produção desse artigo, nos valem os dados e informações retiradas de fontes primárias (FLORES, 2006) e secundárias, principalmente dos estudos de Rizzi (1984) e Oliveira (2004).

Os avicultores são trabalhadores assalariados da indústria?

Ao analisar as relações de integração entre os avicultores e as indústrias abatedoras de aves no Sudoeste do Paraná, Rizzi (1984) entende que os avicultores estão subordinados às agroindústrias, servindo como mão-de-obra barata. Mais recentemente, ao estudar a situação dos agricultores integrados às agroindústrias do sul do Brasil (especialmente na produção de frangos e suínos), Oliveira (2004) menciona que os avicultores são, praticamente, trabalhadores assalariados das agroindústrias. Ou seja, ambos os autores, apesar das especificidades individuais de entendimento, entendem que os avicultores integrados servem de mão-de-obra barata para as agroindústrias.

Esses autores entendem que os avicultores integrados não têm o hábito de realizar cálculos e isso tem sido determinante para que eles não percebam que estão, na verdade, se tornando trabalhadores assalariados das agroindústrias. Ora, algum tipo de cálculo esses avicultores devem realizar, pois se trabalhassem, por exemplo, tendo prejuízos, logo eles teriam que recorrer a outras fontes de capital para recomeçar o ciclo produtivo, nesse caso, o alojamento dos próximos lotes de aves.

A partir de informações de avicultores integrados às agroindústrias no sul do Brasil, Oliveira (2004) escreve que em 1991 o preço recebido por cabeça de frango era de US\$ 0,15, mas na atualidade (por volta de 2003, quando ele fez a

pesquisa) o preço recebido é de US\$ 0,07 por cabeça entregue ao abatedouro. Verifica-se que o preço recebido recuou 53,3% num período de 15 anos. Esses dados fazem este autor concluir que os avicultores estão recebendo cada vez menos pelas aves produzidas e vendidas às agroindústrias, às quais eles estão integrados.

No entanto, o próprio Oliveira diz que há alguns anos atrás se alojava cerca de 7 mil aves por aviário, mas na atualidade se aloja até 20 mil aves, devido ao fato dos aviários terem passado do tamanho de 600m² (em geral eram de 12m de largura por 50m de comprimento) para 1.200m² (12m de largura por 100m de comprimento). Então, a partir dessas informações e efetuando alguns cálculos, observamos que pode estar ocorrendo uma diminuição do ganho relativo dos avicultores integrados, isto é, por cabeça de ave vendida, mas, por outro lado, há um aumento da renda absoluta desses avicultores. Como citamos anteriormente (segundo o próprio Oliveira), em 1991 alojava-se, em média, 7 mil frangos por aviário e o preço pago aos avicultores, por cabeça vendida, era de US\$ 0,15, então a renda média obtida por cada lote de aves resultava em US\$ 1.050,00. Por outro lado, um aviário com 20 mil frangos, vendidos pela média de US\$ 0,07 por cabeça chega a render o total de US\$ 1.400,00 ao avicultor integrado. Portanto, os números que o próprio Oliveira (2004) nos fornece desmentem a sua “conclusão”, pois não ocorre diminuição da renda dos produtores integrados às indústrias, mas, pelo contrário, ocorre um aumento da receita total.⁵

Há de se destacar que o custo dos insumos fornecidos aos avicultores, pelas agroindústrias abatedoras de aves, aumentou consideravelmente nos últimos anos. Segundo Oliveira (2004), os avicultores integrados (na região sul) informaram-lhe que, de 1999 a 2004 o preço da ração aumentou 208%, passando de 0,24 para R\$ 0,74 (o quilograma). O preço do quilograma de pintinhos, nesse período, passou de 0,30 para R\$ 0,45. Ora, se considerarmos esse notável aumento dos custos produtivos (especialmente coma alimentação das aves), verificaremos o porquê da queda das rendas obtidas por quilograma de aves vendidas. À medida que aumenta o custo produtivo, que é arcado pela agroindústria, os avicultores terão uma menor margem de lucro nessa parceria.

Segundo informações que retiramos do estudo de Rizzi (2004), por volta de 1983 as agroindústrias abatedoras de aves, instaladas no Sudoeste do Paraná, alojavam de 12.500 a 13.000 aves (por lote) em cada aviário de 1.200m². Atualmente, conforme Oliveira (2004), aloja-se até 20.000 frangos num aviário desse tamanho. A partir de informações que obtivemos em uma pesquisa realizada em Francisco Beltrão (no início de 2006), verificamos que tem se alojado cerca de 18.500 frangos em aviários de 1.200m², integrados à Sadia S/A, unidade deste município (FLORES, 2006).

Essa modernização que está ocorrendo na avicultura, tem sido responsável para que se reduza a proporção de trabalho vivo, consequentemente, aumentando o percentual de trabalho pretérito utilizado na criação de aves.⁶ Segundo Rizzi, por volta de 1983 os avicultores do Sudoeste do Paraná trabalhavam até 24 horas diárias

nos aviários. Ocorre que nos primeiros 15 dias de vida dos pintinhos era necessário cuidar do aquecimento do ambiente (a temperatura), limpar os comedouros e bebedouros etc. Mas, segundo Oliveira, com a utilização de equipamentos automatizados aumentou consideravelmente a produtividade do trabalho na criação de aves, pois na atualidade se trabalha, em média, 4 horas diárias em cada aviário de 1.200m².

As informações que obtivemos junto a alguns avicultores integrados à empresa Sadia (localizados no município de Francisco Beltrão), de certa forma, corroboram as informações de Oliveira, em relação ao tempo médio de trabalho diário utilizado. Para o caso da criação de frangos, a média informada foi de 6 horas diárias de trabalho para cada aviário de 1.200m², enquanto que para o caso de aviários automatizados, especialmente para a criação de perus, a média diária foi de 2 horas de trabalho. Por exemplo, um avicultor deste município nos informou que possuía o total de 3 aviários, com 1.200m² cada, e que trabalhava cerca de 6 horas diariamente. Ele e a sua esposa se revezavam no controle dos equipamentos dos aviários, já que é tudo automatizado (o sistema de alimentação, ventilação etc.).⁷ Então, a soma das horas trabalhadas pelo casal resulta nessa média diária informada: 6 horas.

Ora, se lembrarmos do que Marx (1984c) mencionou em relação à formação do valor dos produtos, verificaremos que, à medida que aumenta a proporção de capital constante e, conseqüentemente, diminui a de capital variável (trabalho vivo), tende a diminuir a margem de lucro. Marx, ressalta que somente o capital variável é capaz de agregar valor à produção. Nessa ótica, observamos que a margem de ganho dos avicultores do Sudoeste do Paraná tende a diminuir, à medida que eles utilizam *cada vez mais* trabalho morto (materializado nos equipamentos e insumos produtivos).

Como já destacamos anteriormente, tanto Rizzi (1984) quanto Oliveira (2004), cada qual a sua maneira, entende que o avicultor integrado à agroindústria – nesse caso específico, aos abatedouros de aves – torna-se trabalhador assalariado, à medida que ele está subordinado ao capital industrial, tendo que atender às exigências dessas empresas. Então perguntamos: os avicultores integrados poderiam ser enquadrados como trabalhadores assalariados, trabalhando em seus próprios domicílios (ou propriedades rurais)? Teríamos historicamente, algum exemplo análogo de atividade econômica em que os trabalhadores assalariados executam as tarefas em seus próprios domicílios?

Podemos começar respondendo à última questão. De acordo com Antunes (2000), ultimamente vem aumentando o trabalho feminino, inclusive em países desenvolvidos, tais como no Reino Unido. Esse autor chama a atenção de que Marx já escreveu que o capitalismo pode se aproveitar de formas pretéritas de relações de trabalho, como é o caso do trabalho a domicílio e, geralmente, pago por peça (produtividade). De fato, Marx escreve que ainda no século XIX estavam se

desenvolvendo na Inglaterra algumas relações de trabalho em que as matérias-primas eram levadas até as casas dos trabalhadores. Principalmente na produção de rendas, as mulheres, e inclusive as crianças acima de 5 anos de idade, trabalhavam em seus domicílios (inclusive em alguns distritos agrícolas). Em geral, eles recebiam salários por peças produzidas (salário pago de acordo com a produtividade do trabalhador). Trata-se do “trabalho domiciliar moderno” (MARX, 1984a, p. 74).

Para Marx, não apenas é possível a existência do trabalho a domicílio e o pagamento por peça, como essa seria a mais adequada forma de exploração do trabalho assalariado para o sistema capitalista de produção:

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. [...] Do exposto resulta que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista. (MARX, 1984a, p. 141-2).

As colocações de Marx são precisas: pagando o trabalhador pela produtividade se tem a forma mais adequada de exploração do trabalho assalariado, condição fundamental para o desenvolvimento do sistema de produção capitalista. Vejamos que esse esforço que fizemos para responder a última questão, praticamente responde (ou pretende responder) a primeira pergunta que fizemos; ou seja, os avicultores integrados, de certa forma, constituem-se como trabalhadores para as agroindústrias processadoras de carnes de aves, inclusive trabalhando em suas propriedades rurais. Porém, surge outra questão: qual seria o tipo de salário pago a esses avicultores? Por peças?

Outro aspecto praticamente comum entre os entendimentos de Rizzi (1984) e de Oliveira (2004), é que os avicultores integrados estão na situação de terem que se esforçar o máximo possível para que a produção atenda às especificações da demanda, nesse caso, das agroindústrias. Segundo estes autores, a renda recebida pelos avicultores depende do desempenho do lote de aves criadas, da produção e da produtividade desse trabalho. Dessa forma, num primeiro momento verificamos que se trata de um “salário” pago por produtividade do trabalho (como no sistema de pagamento por peças). Porém, uma análise mais detalhada sobre essa forma de relação de trabalho nos faz observar que, na essência, existem outras determinações. Por exemplo, como veremos a seguir, muitos avicultores integrados produzem as aves utilizando como força de trabalho a mão-de-obra de seus próprios familiares.

Além da força de trabalho, muitos desses avicultores são proprietários dos aviários e, quase sempre, das terras onde esses criatórios estão instalados. Por conseguinte, temos que romper com esse primeiro entendimento, que não vai muito

além da apreensão da simples aparência dessa relação.

A parceria entre avicultores integrados e a agroindústria

A questão que lançamos para a análise, é a composição do capital utilizado na produção de aves. A partir de uma pesquisa elaborada pela SEAB e pelo DERAL (do Paraná) – realizada a partir de dados da CONAB, Embrapa suínos e aves, e da própria SEAB –, observamos que os avicultores integrados à agroindústria participam apenas com uma parcela do total do capital produtivo. A partir de dados dessas fontes, podemos comparar os percentuais de investimentos realizados pelos avicultores e pelas indústrias integradoras.

Os dados referentes ao custo de produção de frango de corte no Paraná, no mês de janeiro de 2007, mostram que os avicultores participam com R\$ 0,42 por frango produzido, enquanto a agroindústria participa com R\$ 2,56 (isso em aviários automatizados). Por conseguinte, o preço do custo total por cabeça de aves produzidas é de R\$ 2,98; *sendo que os avicultores integrados participam com 14,1%, enquanto a indústria avícola participa com 85,9% dos custos* (SEAB, 2007a).⁸

Esses dados nos fazem entender o porquê de os avicultores estarem “amarrados” às indústrias avícolas. Parece-nos que certos autores, tais como Rizzi (1984) e Oliveira (2004), cada qual à sua maneira, prenderam-se a óticas *não-materialistas* (marxistas) quando procuraram analisar as relações de integração entre os avicultores e as agroindústrias. Ora, como já mencionamos anteriormente, estes dois autores entendem que os avicultores não realizam os cálculos corretos de seus lucros. Pode ser até que eles não saibam realizar corretamente os cálculos, mas parece que eles não estão sós nessa “análise”. Entender essa questão demanda um conhecimento *para além* dos cálculos.

Ao contrário de como procederam Rizzi e Oliveira, acreditamos que o caminho para a apreensão das relações de trabalho e de produção na avicultura, no sistema de integração, está muito mais nos fatores econômicos e financeiros do que nos costumes, nos conhecimentos ou na “falta de conhecimentos” dos avicultores. Ora, se considerarmos que os avicultores participam com apenas 14,1% do capital investido na produção, como ressaltamos anteriormente, é normal que a indústria avícola, dentro de um acordo entre parceiros na produção, acabe por “ditar as regras”. Afinal, a indústria é quem entra com a maior parte dos investimentos produtivos e no sistema capitalista de produção quem dita as regras é justamente o mais forte. As análises expostas até aqui nos mostram que os avicultores integrados aos frigoríficos abatedores de aves são mais do que trabalhadores assalariados, pois eles são parceiros das empresas, embora que estejam subordinados a elas, por serem, digamos assim, “sócios menores”.

A partir de informações conseguidas junto às indústrias abatedoras de aves

no Sudoeste do Paraná, Rizzi escreve que

a aglutinação dos pequenos produtores agrícolas integrados ao capital industrial – seguindo a linha de argumentação das próprias agroindústrias – está referida pelo encontro mútuo de interesses. Isto é, a produção integrada aos pequenos produtores torna-se viável porque os mesmos vislumbram a possibilidade de aumentarem suas rendas monetárias e **passarem a outra esfera de classe**, enquanto produtor mais capitalizado (RIZZI, 1984, p. 87, grifos nossos).

De certa forma, Rizzi não parece acreditar muito nas informações conseguidas junto às agroindústrias. Mas, por outro lado, este autor menciona que os avicultores quase sempre acabam fazendo esforços relativamente grandes para se integrarem às indústrias. Ele menciona a questão de a maioria dos avicultores, principalmente os pequenos proprietários de terras, terem que recorrer a financiamentos bancários para construir os aviários. Para adquirir os empréstimos, esses agricultores têm que hipotecar, quase sempre, o único pedaço de terra que possuem. Eis aí mais uma questão para analisarmos: esses avicultores integrados, necessariamente, têm que ser proprietários de terras para que se tornem também proprietários de meios de produção.

Porém, segundo Marx (1885), a propriedade privada da terra se levanta como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Para este autor, o investimento em compra de terras ou no seu arrendamento (aluguel), trata-se de um custo improdutivo. Falta-nos, então, analisar que tipo de relação existe entre a propriedade privada da terra e a inserção do capital no campo. Nesse caso específico, temos que apreender a lógica do processo de integração entre os avicultores e as indústrias abatedoras de aves no Sudoeste do Paraná. Afinal, como é que as indústrias enfrentam essa questão?

Como já citamos anteriormente – a partir de informações retiradas do estudo de Rizzi (1984) e de Oliveira (2004) –, os aviários integrados aos abatedouros de aves no Sudoeste paranaense possuem o tamanho médio de 1.200m². Por conseguinte, a área de terra necessária para a edificação de cada aviário tem que ser, na prática, maior que esta metragem citada, pois é necessário espaços externos para o trânsito dos veículos que trazem os pintinhos, a ração, realizam a retirada dessas aves quando prontas para o abate etc. Analisando o preço das terras agrícolas, podemos ter noção do custo que uma agroindústria teria, caso quisesse adquiri-las para ela própria construir seus aviários. Por exemplo, em janeiro de 2007 um hectare de terra *mecanizada*, no Sudoeste do Paraná, custava, em média, R\$ 10.056,22 ou cerca de R\$ 1,01 o m², enquanto o custo médio das terras *mecanizáveis*, *não mecanizáveis* e *inaproveitáveis*, era de R\$ 5.400,90 – cerca de R\$ 0,54 por m², já que um hectare mede 10.000m² (SEAB, 2007b).

Ora, se considerarmos, por exemplo, a quantidade de aviários integrados à empresa Sadia (apenas a unidade de Francisco Beltrão), referente ao ano de 2006 – o total de 1.254 aviários, segundo Flores (2006) –, verificaremos que o custo total para a aquisição do solo, somente o utilizado para a área construída (que é de 1.200m²), seria relativamente grande: os 1.254 aviários resultam em 1.504.800m², que ao custo de R\$ 0,54, o m² (como já mencionamos), resulta num custo total de R\$ 812.592,00.

Na pesquisa que realizamos, recebemos informações de um avicultor integrado à Sadia S/A (unidade de Francisco Beltrão) que ele pagava uma renda anual de R\$ 600,00 por uma pequena área onde estava instalado o seu aviário de 600m². Esse avicultor adquiriu o aviário equipado, mas permaneceu pagando um “aluguel” (renda) para o proprietário da terra. Porém, este avicultor nos informou que a indústria avícola estava exigindo que ele aumentasse o tamanho de seu aviário, passando para o tamanho padrão (1.200m²). Mas ocorre que, segundo ele, o custo para adquirir a terra praticamente inviabilizava seus negócios (FLORES, 2006).

Esse exemplo nos mostra que o pagamento da renda pela utilização da terra – que pode ser paga antecipadamente (renda capitalizada na compra da terra) ou a partir de pagamento de aluguel anual, por exemplo –, acaba gerando um custo improdutivo. Isto é, as rações, medicamentos, máquinas, equipamentos, mão-de-obra etc. são essenciais à criação de aves, enquanto que a renda da terra é desnecessária. Inclusive, o pagamento de renda constitui-se como um custo adicional, desnecessário, já que não existe para os avicultores proprietários de terras.

Por essa ótica, observamos que as indústrias abatedoras de aves fariam investimentos improdutivos, caso elas próprias comprassem o solo ou se o tomasse de arrendamento para edificarem os aviários. Por conseguinte, verificamos que a relação de integração dessas indústrias com os avicultores, trata-se de uma estratégia das agroindústrias para evitar os investimentos improdutivos. Eis aí outro motivo para a existência dessa parceria entre abatedouros de aves e avicultores.

Outro fator fundamental a ser considerado na análise das relações de integração, trata-se do investimento em capital fixo. Para Marx (1984b), existe uma parte do capital investida na produção que não repassa todo o seu valor às mercadorias. A essa parte do capital, ele chama de *capital fixo*:

A parte de valor do capital produtivo gasta em capital fixo foi adiantada de uma vez, por toda vida funcional daquela parte dos meios de produção em que consiste o capital fixo. Esse valor é lançado, portanto, de uma só vez pelo capitalista na circulação; mas é novamente retirado da circulação apenas em parcelas e gradualmente, pela realização das partes do valor, que o capital fixo agrega parceladamente às mercadorias (MARX, 1984b, p. 123-4).

Ao contrário das matérias-primas, energia, embalagens, força de trabalho etc. (capital circulante e capital variável), que são consumidos por inteiro no processo produtivo, as máquinas, equipamentos e as instalações (edificações), segundo Marx, não repassam todo o seu valor às mercadorias produzidas, repassando apenas o seu desgaste. Por exemplo, segundo Rizzi (1984), na época em que ele realizou seu estudo sobre a avicultura no Sudoeste do Paraná, calculava-se que um aviário durava, em média, 20 anos. Analisando essas informações, verificamos que o custo para a edificação de um aviário levaria 20 anos para ser repassado (agregado) por inteiro à produção de mercadorias, nesse caso, à produção de aves.

Mas, afinal, que importância teria o capital fixo para a relação de integração entre os avicultores e as indústrias avícolas? Respondemos que tem uma importância fundamental. Ora, se mais uma vez admitirmos que a empresa Sadia S/A, por exemplo, tivesse que construir os aviários, ela desembolsaria um capital que somente seria recuperado no decorrer de vários anos, já que, como ressaltamos, o capital fixo não é repassado por inteiro para as mercadorias. Assim como observamos anteriormente, que a indústria avícola ao evitar pagar a renda da terra acaba eliminando um custo improdutivo, verificamos que os investimentos na construção de aviários também, estrategicamente, são evitados pelos abatedouros de aves. Podemos ilustrar empiricamente essa questão a partir de dados da pesquisa que realizamos (FLORES, 2006). Alguns avicultores nos informaram que um aviário automatizado (todo equipado), do tipo que a Sadia vem indicando para os produtores do Sudoeste paranaense, chegava a custar até 130 mil reais (R\$), em janeiro de 2006. Por conseguinte, observamos que se a empresa Sadia (unidade de Francisco Beltrão) tivesse que investir na instalação de todos os 1.254 aviários existentes nessa época, ela teria que desembolsar cerca de 163 milhões de R\$. Portanto, tratar-se-ia de um custo despendido de uma só vez e que levaria anos para ser recuperado.

As estratégias utilizadas pelas grandes empresas para reduzir custos de produção já foram estudadas, entre outros, por Coriat (1994). Ele entende que no Japão (e em outras partes do mundo) as grandes empresas procuram reduzir seus investimentos em capital fixo, subcontratando certas atividades com pequenas e médias empresas. Para Coriat, as grandes empresas se esforçam em tirar proveito da diferença do nível dos salários, entre elas e as pequenas subcontratadas para poder reduzir o custo do abastecimento em peças e componentes de todo tipo.

Outro exemplo: ao analisar o caso do Japão, Gounet (1999) entende que a carência de espaço, a falta de recursos naturais, econômicos, financeiros etc. fez com que este país, começasse a combater todo tipo de desperdícios. Então, os técnicos que procuravam racionalizar a produção nas fábricas (primeiramente na empresa Toyota) começaram a decompor o trabalho fabril em quatro atividades, que são: 1) transporte⁹; 2) estocagem; 3) controle de qualidade e; 4) a produção propriamente dita. “Dessas atividades, apenas a produção agrega valor ao produto. As outras, embora indispensáveis, não agregam valor. Representam custos, e portanto, é

preciso limitar ao máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade” (GOUNET, 1999, p. 26).

Esse entendimento – que aliás é imprescindível para quem analisa o capitalismo na atualidade – não se trata de uma teoria “nova”. Pelo contrário, ainda no século XIX, Marx já escreveu que

a imobilização do capital-mercadoria como estoque de mercadorias no mercado exige prédios, armazéns, *reservoirs* [reservatórios] de mercadorias, depósitos de mercadorias, portanto desembolso de capital constante; também pagamento de forças de trabalho para o armazenamento das mercadorias em seus *reservoirs*. Além disso, as mercadorias se deterioram e estão sujeitas a influências prejudiciais dos elementos. Para protegê-las destas, é preciso desembolsar capital adicional, parte em meios de trabalho sob forma objetiva, parte em força de trabalho (MARX, 1984b, p. 101).

Ora, a mercadoria estando pronta pode ser entregue imediatamente ao consumidor final. Por exemplo, duas empresas produzem um mesmo tipo de produto, admitindo que a empresa “A” entregue imediatamente a mercadoria ao consumidor, enquanto a indústria “B” deixa a mercadoria estocada, a segunda empresa terá uma *menor* margem de lucro, à medida que terá custos extras (na estocagem etc.), o que não tem a sua concorrente (a indústria “A”). Isso ocorre porque, como escreveu Marx (1984b, p. 101), “a existência do capital em sua forma de capital-mercadoria, e portanto como estoque de mercadorias, ocasiona, pois, custos que, não pertencendo à esfera da produção, contam-se entre os custos de circulação”.

Outro aspecto que não podemos esquecer é que a avicultura tem se tornado um negócio dinâmico no Sudoeste do Paraná. Ainda no início da década de 1980, Rizzi (1984) já observou que havia muitos profissionais liberais que moravam nas cidades, mas que instalavam aviários em suas chácaras para obterem rendas extras e ocuparem a mão-de-obra de seus agregados. Na pesquisa que realizamos (FLORES, 2006), observamos que muitos proprietários dos aviários localizados em Francisco Beltrão não trabalham na avicultura, pois residem na cidade e acabam por contratar funcionários para cuidar das aves. Encontra-se também, casos em que os proprietários residem na mesma propriedade onde os seus aviários estão instalados, porém empregam funcionários para cuidar da criação.

Os avicultores, ao serem proprietários dos aviários e equipamentos para a produção, mesmo que trabalhem diretamente na atividade, se caracterizam como pequenos empresários rurais, pois eles fazem uma parceria com a agroindústria, à qual estão integrados.

Algumas considerações

A relação de integração entre os avicultores e as indústrias abatedoras de aves – especificamente no Sudoeste do Paraná, que demos mais atenção neste artigo –, na *aparência*, trata-se de uma subordinação da renda da terra ao capital, como escreveu Rizzi (1984). *Imediatamente*, ainda pode-se chegar à “conclusão” de que os avicultores integrados às agroindústrias são “trabalhadores assalariados” em seus próprios estabelecimentos rurais, como entende Oliveira (2004). Porém, à medida que decompomos esse todo constituído pela relação entre avicultores e indústria avícola, verificamos que, na *essência*, existem alguns fatores que negam esses “conceitos” iniciais. Ora, existem muitas determinações: os avicultores, ou pelo menos uma parte deles, trabalham na avicultura, mas também são proprietários de parte do capital investido nessa atividade econômica (proprietários dos aviários e equipamentos), além de possuírem as terras onde estão edificadas os aviários. Como tratamos anteriormente, a propriedade privada do solo constitui-se como um obstáculo para um investimento de capital que necessite da utilização de áreas relativamente grandes de terras, como para construir mais do que mil aviários, por exemplo. Da mesma forma, o investimento em capital fixo, como no caso da construção de aviários e na aquisição de equipamentos, demanda um investimento que demora para ser recuperado. Eis alguns motivos que são fundamentais para que a indústria avícola busque realizar parcerias com os avicultores (proprietários de terras e de algum capital).¹⁰

Por outro lado, os avicultores se esforçam para se integrarem às indústrias avícolas porque essa é uma forma de aumentar a renda e ocupar a mão-de-obra ociosa na agricultura. Segundo Graziano da Silva, a integração dos agricultores às agroindústrias não é apenas opcional no atual contexto econômico e social, mas é obrigatório. Inclusive, “os produtores não-integrados – possuem eles grandes ou pequenas extensões de terras – estarão condenados a **atividades marginais** do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 169, grifos nossos).

Nesse artigo, apenas apontamos alguns marcos para apoiar uma análise mais precisa sobre essa temática, que, aliás, ainda está por se realizar.

Notas

1 De acordo com Espíndola (1999), a partir de 1991 o Frigorífico Chapecó (unidade de Francisco Beltrão) seria adquirido pelo grupo Sadia. Na atualidade, as instalações desse frigorífico fazem parte da Sadia S/A.

2 O núcleo regional de Francisco Beltrão é composto por 27 municípios, que são: Francisco Beltrão, Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Marmeleiro,

Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São Jorge do Oeste e Verê.

3 Dados disponíveis na página: <<http://www.mixshop.com.br/sindiavipar/2index.html>> (acessados em: 14 de dezembro de 2007), do Sindicato e Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná (SINDIAVIPAR).

4 Fonte de dados: <<http://www.mixshop.com.br/sindiavipar/2index.html>>. Acessados em: 14 de dezembro de 2007.

5 Valendo-nos de um termo utilizado por Hegel (1995), observamos que a “análise” de Oliveira (2004) é, de certa forma, superficial; pois não rompe a *aparência* dos fatos e dos números (do empírico). Na essência, há diminuição da renda relativa (por cabeças vendidas), mas aumenta a renda absoluta, a renda total.

6 Quando utilizamos o termo “trabalho vivo”, estamos nos referindo ao trabalho que o homem executa diretamente no processo produtivo. A essa parte do capital, Marx (1983) chama de *capital variável*. O “trabalho pretérito” ou “trabalho morto”, pelo contrário, consiste no trabalho materializado na parte constante do capital: nos meios de produção (máquinas e equipamentos) e nos demais insumos produtivos, tais como matérias-primas, embalagens etc.

7 Nos aviários de sistema de alimentação manual, a ração das aves é servida em comedouros recarregados periodicamente, o que demanda um relativo trabalho do “tratador”. Por outro lado, no “sistema automatizado” os caminhões trazem a ração fornecida pela Sadia, depositando-a em um armazém (um “silo”), e dali, ela é levada mecanicamente (automaticamente) até as aves. Portanto, nos aviários de sistema automatizado se tem uma redução no trabalho vivo utilizado, tem-se maior produtividade do trabalho do que nos aviários manuais (FLORES, 2006).

8 Os custos dos avicultores integrados são referentes à cama do aviário, calefação, energia elétrica, água, mão-de-obra do próprio integrado, mão-de-obra do carregamento das aves, custo de manutenção das instalações, seguros, eventuais, depreciações das instalações, depreciação dos equipamentos etc. Os custos da agroindústria são com: pintos, ração, produtos veterinários, transportes, assistência técnica, remuneração sobre capital de giro, entre outros (SEAB).

9 Outro exemplo de que os custos com transporte têm que ser considerados pelas indústrias, encontramos a partir do estudo de Oliveira (2004). Ele escreve que na região sul do Brasil as agroindústrias abatedoras têm procurado alugar as aves o mais perto possível das unidades de abate, pois, assim, se diminui os custos com transporte dos pintinhos, da ração etc.

10 O Sudoeste do Paraná estimula o interesse das agroindústrias que precisam de terras e de capital fixo para a criação de aves, porque possui uma grande proporção de agricultores que são proprietários das terras: segundo o censo agropecuário de 1995/96 (IBGE, 1998) em 80,1% dos estabelecimentos rurais da região o produtor é proprietário da terra.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan - UFRJ, 1994.

CORRÊA, Roberto L. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Ano 32, n° 1, p. 87-98, jan./mar., 1970a.

_____. (Coord.). Cidade e região no sudoeste paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Ano 32, n° 2, p. 3-155, abr./jun., 1970b.

ESPÍNDOLA, Carlos J. *As agroindústrias no Brasil: o caso da Sadia*. Chapecó, SC: Grifos, 1999.

FIEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná. *Paraná: cadastro das indústrias - fornecedores e serviços – 2007*. Curitiba, PR: Ed. EBGE, 2007.

FLORES, Edson L. *Capitalismo e agricultura em Francisco Beltrão – PR*. Francisco Beltrão, PR, 2006. Monografia (Especialização em Geografia), UNIOESTE.

_____. *Industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, PR, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNIOESTE.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

HEGEL, Georg W. F. A ciência da lógica. In:_____. *Enciclopédia das ciências filosóficas: em compêndio (1830)*. v. 1. São Paulo: Loyola, 1995.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90*. Curitiba, PR: Ed. IPARDES, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário: Paraná – 1995/96*. n° 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. (CD-ROM).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital*. v. 1, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984a (Livro Primeiro).

_____. *O capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital*. v. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984b (Livro Segundo).

_____. *O capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista*. v. 3. t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Livro Terceiro).

OLIVEIRA, Marcos A. Situação dos agricultores familiares integrados à produção de aves e suínos na região sul. *Boletim do Deser*, Curitiba, PR. n° 141, p. 34-50, dez. 2004.

RIZZLI, Aldair T. *O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola: o complexo avícola no sudoeste paranaense*. Curitiba, PR, 1984. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica), UFMG.

SEAB, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; DERAL,

Departamento de Economia Rural. *“Perfil da agropecuária paranaense”*. Curitiba, PR, novembro/2003. Disponível em: <http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2007.

_____. *Custo de produção de frango de corte – Paraná – 2007 – automático*. Dados disponíveis em: http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/cp_frango.xls, acessados em 04 de agosto de 2007a.

_____. *Valor das terras agrícolas no Paraná*. Disponível em: <http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/tmista07.xls>. Acesso em: 11 dez. 2007b.

Imprepel, 2000.